

ENTRE A REESTRUTURAÇÃO E A EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: MOVIMENTOS QUE SINGULARIZAM A TRAVESSIA DA UFPEL

Eliana Povoas Brito¹

Universidade Federal de Pelotas
epovoas@ufpel.edu.br

Roberto Heiden²

Universidade Federal de Pelotas
roberto.heiden@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo analisa as implicações acadêmicas decorrentes da articulação entre a expansão e a reestruturação acadêmico-curricular – diretrizes traçadas pelo Programa REUNI/MEC – no contexto da Universidade Federal de Pelotas. Tomando-se como objeto de investigação as ações institucionais consequentes da adesão da universidade ao REUNI, o estudo evidencia um processo de reestruturação universitária, desencadeado pela expressiva expansão de vagas na graduação acarretando movimentos coletivos produtores de diferentes formas de associações, cooperações, resistências, as quais abrem brechas à reinvenção da cultura acadêmica com consequências pedagógicas, estéticas e políticas a ser definidas.

Palavras-chave: políticas públicas; educação superior; reestruturação universitária.

INTRODUÇÃO

Em artigo amplamente socializado no meio acadêmico, especialmente entre os estudiosos da área da educação superior, Boaventura de Sousa Santos (2004) ao pensar “a universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade”, argumenta que a universidade neste século, entendida como bem público, poderá ser menos hegemônica, porém, não menos necessária que o foi em séculos anteriores.

O sociólogo português ao situar a universidade como um espaço público privilegiado à discussão aberta e crítica, singularizada pelos conhecimentos e pela formação que produz, sublinha que este bem público sofre permanentes ameaças produzidas por diferentes interesses sociais, políticos e econômicos que disputam interna e externamente as diversas compreensões de universidade e, por efeito, suas funções e suas responsabilidades sociais.

Marilena Chauí (2003), ao abordar “a universidade pública sob nova perspectiva”, defende o argumento de que não existe exterioridade entre Estado e universidade pública, na medida em que “o caráter republicano e democrático da universidade é determinado pela presença ou ausência da prática republicana e democrática no Estado” (CHAUI, 2003, p. 6). Com esta proposição, a autora não pretende defender a ideia de que existam meras relações de

1 Professora Adjunta do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD/UFPEL), Doutora em Educação (PP-GEDU/UFRGS).

2 Professor Assistente do Instituto de Ciências Humanas (ICH/UFPEL). Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (ICH/UFPEL).

transposições entre Estado, sociedade e universidade. Ao contrário, seriam as dimensões de autonomia intelectual, conferidas às instituições públicas de ensino superior, que dão visibilidade social e política as formas conflitivas com que a universidade pode vir a relacionar-se com a sociedade e com o Estado.

Conforme argumenta Chauí (2003) diferentemente da lógica que sustenta e alicerça uma organização social prestadora de serviços, a universidade enquanto instituição social traz consigo a exigência de que o Estado tome a educação como investimento social e político, perspectivado pelo direito a educação com qualidade socialmente referendada.

Por sua vez, Renato Janine Ribeiro (2003) ao refletir sobre a “universidade e a vida atual”, chama-nos a atenção para o fato de que dificilmente um modelo único de universidade, ou mesmo qualquer modelo, responda as questões colocadas por nossa contemporaneidade. Isto porque, seguindo seu pensamento, vivemos uma época em que se romperam os referentes pelos quais nos orientávamos. Isto, de acordo com o autor, provocou duas consequências:

Primeira uma intensa angústia ante o desenraizamento em que nos vemos lançados; segunda, uma enorme liberdade de invenção, para rumos ou ideias que podem até prescindir do pedigree conceitual que tantas vezes se exigiu, quando se queria – ou ainda se quer – legitimar uma proposta nova enraizando-a no velho, no tradicional, ou já aceito (RIBEIRO, 2003, p. 14).

Neste sentido, o autor levanta uma angústia compartilhada e cada dia mais presente nos meios acadêmicos: “É como se toda velha questão da legitimidade recuasse – mas, sem desaparecer de todo – em favor de uma nova exigência, a da invenção, a da inovação” (idem, p. 14).

Estes três autores, cada um ao seu modo, trazem para o centro das discussões as dimensões políticas, culturais e acadêmicas que tencionam a universidade pública na contemporaneidade, potencializando, em seus movimentos, uma maior ou menor abertura rumo à possibilidade de consolidá-la enquanto um bem público que resista às inflexões dominantes e que responda aos anseios e interesses republicanos.

Inscrito nesta discursividade, o presente texto¹ objetiva analisar as implicações acadêmicas, perspectivada pela ideia da articulação entre expansão e reestruturação acadêmico-curricular, preconizada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)², tomando como lócus de investigação a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Para tanto, o estudo se beneficiou dos movimentos de aproximações e de distanciamentos, de mobilizações e de tensionamentos, desencadeados na e pela comunidade acadêmica da UFPEL, por ocasião de sua adesão e implantação da proposta REUNI apresentada ao MEC, bem como, por um conjunto de documentos produzidos pela UFPEL, pelo MEC, por sindicatos, por associações, pela mídia e outros fóruns de discussão coletiva, com vistas à implantação e acompanhamento do REUNI nas universidades federais.

O REUNI no âmbito das políticas públicas para a educação superior

As políticas sociais para a educação superior nos últimos oito anos articularam expansão e interiorização das universidades federais, como ações estratégicas para o resgate de uma dívida histórica, marcada pela crescente exclusão de jovens e de adultos brasileiros, do direito ao ensino superior público e de qualidade.

No âmbito destas políticas, o REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, se constituiu como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação PDE³, lançado pelo Presidente Lula, na mesma data. Em poucas palavras, pode-se dizer que este programa objetiva, a um só tempo: a expansão da oferta do ensino superior no Brasil (em consonância com as metas propostas pelo Plano Nacional de Educação⁴ para o setor), e a reestruturação do desenho das diferentes dimensões que compõe a estrutura administrativa e acadêmica das IFES. Neste cenário o programa, de acordo com o documento: “Reuni 2008 - Relatório do primeiro ano” - previu como principais objetivos:

(...) garantir as universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior.

No que pese a abertura discursiva dada à autonomia institucional divulgada no documento básico do REUNI, as diretrizes e metas⁵ nele descritas, apresentaram-se como um conjunto de indicadores que caracterizavam os aspectos a serem observados pelas instituições na construção de suas propostas. Tais referentes, na prática, acabaram por se configurar em balizadores dos projetos apresentados pelas IFES. Foi a partir deles que grande parte das instituições desenhou suas propostas, de modo a contemplar: as dimensões⁶ da ampliação da oferta de vagas; da reestruturação acadêmico-curricular; da renovação pedagógica; da mobilidade interinstitucional; da integração da pós-graduação com vistas ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação.

Embora o REUNI tenha se caracterizado como uma política de adesão, já que articulado pelo caráter de livre escolha, o conjunto de suas proposições reacendeu a discussão sobre reforma universitária e pôs em circulação um denso feixe discursivo sustentado pela lógica de que o programa se constituiria num dispositivo político que colocaria a educação superior na lógica do mercado, em acordo com a ideologia do neoliberalismo. Estes argumentos trouxeram fortes implicações para as negociações acadêmico-administrativas das instituições no momento de encaminharem suas propostas de adesão ao REUNI.

No entanto, defendemos o argumento de que, mesmo admitindo-se que estas observações carreguem alguma verdade, acreditamos ser preciso, antes de nos entregarmos a qualquer tipo de determinismo apocalíptico, “escovar a história a contrapelo” - parafraseando Benjamin - e

examinar as novas redes de sociabilidade, os diferentes modos de existir e de coexistir, de comemorar e de resistir às políticas atuais, que se constituíram no âmbito das universidades públicas brasileiras, num momento histórico marcado por investimentos em larga escala e sem precedentes na história destas instituições.

Movimentos de expansão da graduação na UFPEL: o contexto estudado

A UFPEL efetivou, junto com mais 41 IFES, sua adesão ao REUNI, a partir do Edital de chamada pública MEC/SESU N°08/2007, tendo aprovado a proposta para implantação do programa no 1º semestre de 2008. Numa segunda chamada pública, mais 11 universidades fizeram à adesão ao REUNI, para implantação do programa no 2º semestre de 2008, perfazendo, assim, um conjunto de 53 instituições, de um total de 54 IFES⁷ em funcionamento no ano de 2007.

As metas propostas pela UFPEL foram ambiciosas. Pode-se dizer que em termos da ampliação do acesso a educação superior, no nível de graduação, a instituição aprovou e vem colocando em prática uma proposta universitária assumida pelo compromisso político de duplicar o número de cursos de graduação e de seu quadro discente. Numa perspectiva quantitativa, os quadros abaixo, organizados de acordo com o documento apresentado pela UFPEL ao MEC e consultas a sistemas de informação da instituição⁸, servem para ilustrar a expansão projetada:

Expansão de vagas na graduação (2008-2012)

Ampliação das vagas na graduação - Período 2008 a 2012.	Projeção da expansão de vagas apresentada na proposta de adesão ao REUNI.	Número de vagas disponibilizadas na Graduação.
Ano	Vagas	Total de vagas/ano
2008	2737	2529
2009	3102	3013
2010	3167	4056
2011	3232	--
2012	3771	--

Criação de novos cursos (2008 – 2012)

Ano	Projeção do número de Cursos	Cursos criados
2008	15	11
2009	13	14
2010	07	16
2011	0	2
2012	0	--

Neste quadro de expansão, a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes – condições correlatas para que a universidade possa de fato responder de forma qualificada a inclusão social assumida – não vem se mostrando uma tarefa fácil de administrar. Embora vários esforços administrativos e pedagógicos venham sendo colocados em ação em prol da permanência dos estudantes nos cursos de origem, o índice de vagas ociosas na graduação aumentou em torno de 20% nos últimos três anos.

Neste sentido, o acompanhamento dos dados obtidos pelos estudos sobre a evasão na UFPEL vem apontando para um fenômeno que pode ser considerado recente na instituição: Cerca de 80% dos estudantes pesquisados, não se encontravam fora do ensino superior, sendo que 65% deles continuavam dentro de universidades públicas. Este tipo de evasão pode ser compreendido mais como uma forma de mobilidade acadêmica (mudança de curso na própria UFPEL e/ou mudança de universidade) do que propriamente evasão da educação superior. Embora exista a consciência de que não se trate de um movimento excludente que requeira estratégias de reinserção de jovens e de adultos à universidade, o fato é que a busca pelo preenchimento das vagas ociosas tem requerido um esforço permanente em tentar pluralizar as possibilidades de preenchimento de vagas na UFPEL. Esforço este, nem sempre bem sucedido.

A análise dos motivos pelo qual a evasão ocorre remete a um conjunto de fatores que extrapolam os procedimentos estratégicos previstos pela instituição em seu projeto REUNI. Alojamos-se na confluência de linhas políticas, jurídicas e culturais que escapam as estratégias utilizadas pela instituição, para ancorar-se no direito do estudante de poder mudar o rumo de suas escolhas acadêmico-profissionais, ao buscar formação mais próxima, por exemplo, de sua vida familiar, econômica e cultural.

Nesse contexto, outro fator emergente e que vem concorrendo para a evasão na UFPEL pode ser relacionado com sua localização e abrangência geográfica, quando contextualizada no leque de possibilidades de acesso ao ensino superior público no Estado do Rio Grande do Sul⁹. Embora, o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) tenha contribuído para materializar a abertura de escolhas pelos estudantes, talvez, a garantia deste processo remeta a necessidade de movimentos de construção de políticas de aproximações entre as IFES no Estado do RS. Políticas estas muito menos planejadas pelo viés da autonomia centrada no umbigo institucional, e muito mais orientadas pela lógica da cooperação interinstitucional, do planejamento estratégico compartilhado, da memória institucional e da emergência de condições históricas respeitadas as singularidades locais e os potenciais de inovação. Enfim, pela construção de políticas consentidas pela responsabilidade e pelo compromisso político-social que as universidades possuem com a sociedade brasileira.

Movimentos de reestruturação acadêmico-curricular na UFPEL

Em termos gerais, pode-se dizer que a proposta de adesão ao REUNI apresentada pela UFPEL ao MEC, foi estruturada a partir do somatório de contribuições apontadas pelas 19 unidades acadêmicas da instituição, das 22 existentes à época¹⁰. Entre as metas traçadas na proposta de adesão ao REUNI da UFPEL, o documento “REUNI: Plano de Reestruturação e Expansão da UFPEL, para o período de 2008-2012” destaca os seguintes objetivos:

- a) Revisar a estrutura acadêmica visando a crescente elevação da qualidade do ensino e da formação profissional; b) Revisar a atual estrutura dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) repensando sua organização, criando novas alternativas de construção

do saber oportunizando uma reconstrução do conhecimento pessoal em espaços distintos de tempo, através de uma maior flexibilização dos itinerários existentes associado a abertura de espaços flexíveis de migração; c) Estabelecer modelos curriculares diferenciados flexíveis de transição entre os PPCs existentes e os novos que serão oferecidos, garantindo a continuidade da construção do saber já existente sem impedir a migração ao novo modelo em construção. d) Na construção de novos itinerários, na reformulação dos existentes procurar atender os alunos-trabalhadores, favorecer as necessidades especiais educacionais sem perder de vista o contexto de formação.

No entanto, e no que pese a consciência coletiva de que o REUNI visa à articulação entre expansão com reestruturação, a compreensão dominante na UFPEL foi a de promover estratégias de expansão voltadas ao aumento quantitativo do número de vagas na graduação. Esse entendimento foi materializado, basicamente, a partir de dois movimentos: o aumento no número de vagas nos cursos existentes e a criação de novos cursos de graduação.

Assim, entre a celebração das possibilidades vislumbradas pelo REUNI de investimentos voltados à qualificação das condições de trabalho, seja pela reposição de recursos humanos, seja pela melhoria das condições de infraestrutura, e o receio de que a situação ficasse inferior às do momento anterior à expansão, as unidades acadêmicas centraram seus esforços e suas demandas nas necessidades mais imediatas de sustentação acadêmica dos novos cursos. Em termos práticos, isto significa dizer que a preocupação por parte das comissões de criação de novos cursos¹¹ centrou-se muito mais na disputa por vagas para docentes, na aquisição de materiais e de espaço físico, do que propriamente na elaboração de propostas de cursos inspiradas e/ou inspiradoras de novos desenhos acadêmico-curriculares.

Cabe ainda sublinhar o fato de que uma análise preliminar dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Graduação da UFPEL, em sua maioria, confirmava o diagnóstico emitido pelo documento “REUNI: Diretrizes Gerais¹²”, quando afirma que “prevalece no sistema nacional uma concepção fragmentada do conhecimento, resultante de reformas universitárias parciais e limitadas nas décadas de 60 e 70 do século passado”, sendo que, “os dois princípios norteadores básicos dos currículos contemporâneos, flexibilidade e interdisciplinaridade, são praticados por um número muito reduzido de cursos de graduação, e os cursos que os aplicam, optam por um dos princípios apenas, ao invés de conciliá-los”.

Se, por um lado, a ideia de que todo o curso de graduação da UFPEL devesse possuir um PPC era consensual entre os docentes, por outro, a compreensão sobre a importância desse dispositivo para a gestão, organização e funcionamento dos cursos, se mostrou tímida e limitada. Para a grande parte dos professores e das professoras, o PPC é identificado como um documento oficial do curso, onde são trabalhados tópicos específicos, em geral, as dimensões cobradas pelos sistemas de regulação e avaliação, entendidas, pelos docentes, muito mais como respostas as determinações das políticas, do que propriamente um instrumento de articulação das práticas acadêmico-administrativas.

As possibilidades de construção de novos sentidos coletivos para o PPC, de modo a significá-lo como “um instrumento de balizamento para o fazer universitário, concebido

coletivamente no âmbito da Instituição, orientado para esta, como um todo, e para cada um de seus cursos, em particular” (FORGRAD, 1999, p.9), vêm se mostrando um campo movediço atravessado por relações de saber/poder que corporificam diferentes compreensões de projeto pedagógico, de currículo, de sujeito, de formação, de educação, de universidade e de sociedade.

Como parte integrante do PPC, o currículo de formação do curso – representado, na maioria dos PPCs por uma grade disciplinar desenhada a partir da seleção, hierarquização e distribuição de determinados conhecimentos – é considerado, por um número relevante dos professores e das professoras atuantes nos cursos de graduação da UFPEL, como a parte do PPC que de fato importa, já que traz implicações concretas para o dia-a-dia do curso, seus sujeitos e suas práticas de ensino.

Neste sentido, as compreensões expressas pelos professores e pelas professoras acerca da noção de currículo, parecem encontrar dificuldades em ultrapassar a forte herança deixada pelo positivismo – pilares construtores das instituições educativas na modernidade¹³ - dentre elas, a universidade. A não superação deste tipo de entendimento contribuiu para a manutenção de modelos de currículos que remetem aqueles quando da criação dos cursos mais antigos da universidade, e que materializam estratégias pedagógicas disciplinares, hierárquicas e fragmentadas. A manutenção destes modelos contribui para fixar, espacializar e temporalizar os conhecimentos e, de forma correlata, produz melhor domínio sobre eles.

Diante deste contexto, o problema que surgiu foi o de como dar conta da dissimetria provocada entre expansão e reestruturação curricular de modo a recuperar as metas pactuadas entre a comunidade acadêmica e o MEC. Como constituí-las em vetores de criação/invenção de formas qualificadoras da educação superior, no âmbito da expansão proposta pela UFPEL? Como dar conta da reestruturação curricular de modo a integrar as dimensões da flexibilidade e a da interdisciplinaridade, tal como propõe o REUNI?

Um dos movimentos realizados pela administração da universidade junto à comunidade acadêmica foi o de organizar uma agenda de reuniões tendo como pauta a discussão dos PPCs e de suas estruturas curriculares em todos os cursos de graduação da universidade. Estas reuniões surtiram diferentes efeitos acadêmicos, no entanto, um dos traços comuns a ser apontado foi o compromisso firmado entre as unidades acadêmicas e a administração no sentido de organizarem ações coletivas que favorecessem a discussão/reflexão sobre as formas pelas quais vinham compreendendo e organizando suas práticas formativas.

Outra dimensão que se mostrou consensual entre as unidades acadêmicas diz respeito ao fator tempo como condicionante para que pudessem responder de forma qualificada as questões emergentes nestas reuniões e seus desdobramentos na organização acadêmico-curricular dos cursos e das próprias unidades acadêmicas.

Um terceiro aspecto que pode ser mencionado diz respeito aos múltiplos sentidos atribuídos às noções de flexibilidade e de interdisciplinaridade por parte da comunidade acadêmica. Os diversos entendimentos remetem às complexas teias de relações que significam

estes termos, hoje, e que longe de se mostrarem consensuais apontam para a necessidade de aberturas de tempos/espços voltados a problematização destas questões e de suas operacionalidades nos currículos acadêmicos.

Uma situação a ser considerada neste panorama recai sobre a criação dos 42 novos cursos, no período de 2008 a 2010. Sob a identificação de “cursos REUNI”, este coletivo vem viabilizando novas redes de sociabilidade na universidade, proporcionando aproximações entre docentes de diferentes áreas do conhecimento, criando laços institucionais e provocando novos sentidos para os projetos pedagógicos dos cursos e de seus currículos de formação.

Este cenário trouxe a tona, de forma inédita, a composição de uma nova paisagem institucional formada a partir da chegada à UFPEL de um significativo universo constituído até o momento por 384 novos docentes, 97 servidores técnicos administrativos e cerca de 4.000 novos estudantes. No coletivo, estes sujeitos produzem diferentes formas de associação, de cooperação, de integração, mas também de inflexão, de resistências e de disputas, que recriam sentidos acadêmicos e reinventam a cultura universitária. Cultura esta que vem se formando muito mais por alicerces sociopolíticos inscritos na heterogeneidade, do que na homogeneização de estilos de vida universitária.

Tendo as diretrizes do projeto apresentado pela UFPEL ao REUNI, este contexto permitiu até então que o conjunto de ações voltadas à qualificação do ensino de graduação fosse concretizado pela revisão de cerca de 40% dos 46 projetos pedagógicos dos cursos de graduação implantados anteriormente ao REUNI, pela construção de todos os projetos pedagógicos dos novos cursos orientados por princípios pedagógicos potencializadores da mobilidade discente e da integração do ensino, pesquisa e extensão; pela abertura de tempos/espços destinados a construção de percursos acadêmicos individualizados; pela valorização das licenciaturas como forma de qualificar a educação básica; pela implantação de políticas de acessibilidade; pela institucionalização de programas de capacitação docente, dentre outras ações.

Um último fator a ser aqui destacado, diz respeito às dificuldades que vêm sendo encontradas pelos cursos diante do lento compasso de implantação e consolidação de espços físicos qualificados e qualificadores das propostas de formação, esculpidas nos e pelos projetos pedagógicos dos cursos. Embora a comunidade acadêmica reconheça que a universidade concretamente tenha mudado sua visibilidade, a partir de um conjunto de investimentos materializados por recuperação de prédios e por novas edificações associadas a significativas aquisições para atender as especificidades dos cursos, evidencia-se um descompasso entre as dimensões de infraestrutura e as dimensões das necessidades pedagógicas dos cursos.

Estas dificuldades recolocaram a questão da autonomia universitária como pauta recorrente no âmbito da UFPEL¹⁴, a exemplo do que ocorre em nível nacional. Assegurada pela Constituição Federal em seu art. 207, a autonomia universitária, especialmente na dimensão da gestão financeira e patrimonial, tem alimentado o debate entre reitores na Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (ANDIFES) e o MEC, na busca por soluções que garantam mais agilidade, autonomia e transparência à gestão das universidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para fechar o texto, lembramos aqui Guimarães Rosa, em “Grande Sertão: Veredas”. Ele atribui positividade a missão de descobrir o sertão na e pela travessia a ser enfrentada pelo jagunço Riobaldo, na medida em que “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (ROSA, 2001, p.93) e, argumenta, dando voz ao pensamento do personagem frente aos caminhos no sertão que pareciam não ter fim: “sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar”.

Estas ideias nos ajudam a localizar o trabalho de análise realizado neste texto, na medida em que os argumentos aqui tecidos, e as veredas por eles abertas, são constituídos a partir da confluência de percursos ainda em travessia. Neste sentido, não temos como tecer afirmações conclusivas. Limitamo-nos a trabalhar os caminhos abertos pela travessia.

Importa lembrar que o REUNI, em sua elaboração, previu quatro anos para sua efetiva implantação nas IFES. O Programa, que iniciou suas ações em 2008, encontra-se, portanto, no meio do caminho. Mas se é verdade que é no meio da travessia que a realidade a nós se dispõe, então é possível também afirmar que os dados de pesquisa até aqui trabalhados, mostram que o REUNI abriu outros afluentes na universidade, dando visibilidade a territórios até então incontestáveis no âmbito da UFPEL: Fez aparecer o projeto pedagógico de curso como um mecanismo de gestão, trouxe a tona o currículo acadêmico como criação cotidiana e coletiva, criou linhas de resistências frente a conceitos até então não experimentados, reivindicou o direito a espaços qualificados e qualificadores das propostas acadêmicas, colocou em pauta o trabalho docente e suas conexões com o tipo de sociedade que temos.

Todas estas questões já anunciadas, não roubam à dimensão de travessia e de imprevisibilidade como integrantes do processo a ser concluído nos próximos dois anos. O horizonte aponta para a necessária afirmação e perseguição destes objetivos, observando-se que é preciso tolerância em relação às diferenças, liberdade para a busca de alternativas a partir de um campo de experiências coletivas e a condescendência de tempo que isso implica.

(Endnotes)

1 NOTAS:

- Este trabalho se beneficia de pesquisa em andamento que tem por objetivo geral analisar as implicações acadêmicas sofridas pelos cursos de graduação da UFPEL a partir do Programa REUNI.
- Pela referência constante ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), utilizaremos, a partir de então, sua forma abreviada: REUNI.
- Para além do REUNI, entre as demais ações de governo previstas no PDE e relacionadas ao ensino superior, também se destacam: a) Universidade Aberta do Brasil/UAB; b) Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior/FIES; c) Programa Nacional de Pós-doutorado; d) Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior; e) Apoio financeiro à produção de conteúdos educacionais digitais multimídia; f) PROEXT; e g) Nova Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior /CAPES e h) Banco de Professor-equivalente.
- O Plano Nacional de Educação estabeleceu como meta da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até 2010.
- O REUNI, de acordo com o relatório de avaliação do primeiro ano do programa, apresentou metas e percentuais como parâmetros à elaboração dos projetos propostos pelas IFES, visando à adesão ao programa. Dentre

eles, enumera-se: a “elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%”; a “elevação gradual da relação aluno/professor para 18 alunos para 1 professor. Demandou também pelo “aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação”, estipulando “o prazo de cinco anos para o cumprimento das metas”. Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano, MEC/SESu/DIFES , 30 de outubro de 2009.

- 6 A existência de flexibilidade curricular nos cursos de graduação que permita a construção de itinerários formativos diversificados e que facilite a mobilidade estudantil; a oferta de formação e apoio pedagógico aos docentes da educação superior que permitam a utilização de práticas pedagógicas modernas e o uso intensivo e inventivo de tecnologias de apoio à aprendizagem; e a disponibilidade de mecanismos de inclusão social a fim de garantir igualdade de oportunidades de acesso e permanência na universidade pública a todos os cidadãos. Informações obtidas de acordo com o site oficial do programa REUNI, publicado pelo MEC: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf> >. Acesso em 30/12/10, as 18:21 horas.
- 7 Conforme as informações expressas no documento “REUNI 2008 – Relatório de Primeiro Ano”, em 2007, ano de criação do Reuni, existiam 54 universidades federais em funcionamento. A Universidade Federal do ABC (UFABC) e a Universidade Federal do Pampa (Unipampa) foram criadas, respectivamente, em 2005 e 2008, já no âmbito do Reuni com as inovações pedagógicas previstas pelo Programa. Atualmente existem 57 universidades em funcionamento.
- 8 Quadro descritivo exposto de acordo com o Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Pelotas para o período 2008-2012 - REUNI-UFPEL, 2007. Os números referentes ao total de cursos e vagas efetivamente ampliados foram obtidos em consulta a Procuradora Institucional (PI) da UFPEL, a partir do cadastro da instituição junto ao E-mec (sistema eletrônico instituído pelo MEC que centraliza informações sobre os cursos de graduação).
- 9 O Rio Grande do Sul possui seis universidades federais e uma estadual, a saber: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).
- 10 Por ocasião da aprovação da proposta de adesão da UFPEL ao REUNI no Conselho Universitário, a Faculdade de Educação, a Faculdade de Medicina e o Instituto de Biologia foram contrários e votaram desfavoravelmente a adesão. Com a implantação do programa, a Faculdade de Medicina deliberou por integrar ao programa expandido seu quantitativo de vagas na graduação. A Faculdade de Educação e o Instituto de Biologia, ao serem afetados pelos currículos de formação dos novos cursos, acabaram por ser incluídos no REUNI.
- 11 Inicialmente, cada unidade acadêmica nomeou um grupo de professores responsáveis pela apresentação de propostas de novos cursos, que elaboraram propostas em formulário simplificado, com os mínimos elementos necessários para o cadastro, o gerenciamento acadêmico e demais atos administrativos necessários para os mesmos, em seus momentos iniciais. Logo do ingresso dos novos professores que atuariam efetivamente junto aos novos cursos, os Projetos Pedagógicos foram trabalhados com ênfase na legislação vigente e nas diretrizes estabelecidas pela própria UFPEL e pelo REUNI.
- 12 Documento Elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007
- 13 Seguindo as orientações de PETERS (2000) , utilizamos, neste trabalho, o termo “modernidade”- época que se segue à época medieval - para designar um movimento histórico baseado no avanço do conhecimento, desenvolvido a partir da experiência e por meio do método científico. Seu auge se dá, provavelmente, com a filosofia crítica de Immanuel Kant e com a ideia de que o avanço do conhecimento exige que as crenças tradicionais sejam submetidas à operação da crítica (PETERS, 2000, p.12).
- 14 Sobre o assunto, em recente entrevista ao Jornal da UFPEL, Cesar Borges, reitor da UFPEL, fez a seguinte reflexão: “nosso objetivo agora é trabalhar para que possamos concluir os projetos previstos relacionados à área física. Todos sabem as dificuldades enfrentadas quando o assunto é obras, pois dependemos da aprovação por setores da área jurídica e por setores de engenharia e arquitetura” Disponível em <http://ccs.ufpel.edu.br/wp/wp-content/uploads/2011/01/jornal-ufpel_dezembro-2010_ed-016.pdf>. Acesso em 07/01/2011.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação. PNE**. Ministério da Educação. Brasília: Inep, 2001. Disponível em: www.inep.gov.br/download/cibec/2001/titulos.../miolo_PNE.pdf. Acesso em: 14 abril. 2009

BRASIL. Presidência da República. Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/_decreto/d6096.htm. Acesso em: 29 ago. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes gerais do Decreto 6096-REUNI-Reestruturação e expansão das universidades federais**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. 2007. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=593&Itemid=910&sistemas=1>. Acesso em: 30 ago. 2009

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes gerais do Decreto 6096 - REUNI-Reestruturação e expansão das universidades federais**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 30 out. 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação / SESu / DIFES, **Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**, 30 de outubro de 2009.

CHAUÍ, M. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Conferência de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPED. Poços de Caldas, MG, 05 de outubro de 2003. Revista Brasileira de Educação set/out/nov./dez 2003 nº 24 pp. 5-15

ForGRAD – Fórum de Pró-Reitores das Universidades Brasileiras - **PNG – Plano Nacional de Graduação: um projeto em construção**. ForGRAD, 1999.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

RIBEIRO, R. **A universidade e a vida atual: Fellini não via filmes**. São Paulo, Editora Campus, 2003.

ROSA, J. **Grande Sertão: veredas**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 19 ed., 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa, **A Universidade no Séc. XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. São Paulo, Cortez Editora, 2004.